



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 6 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 23 DE MARÇO DE 2016.**

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Alteração Orçamental N.º 3/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 3/2016. -----
2. Elaboração de Projeto de Requalificação das Ruas do Cemitério e junto à E. N. 233 (Troço 1 e Troço 2) – Parecer Prévio. -----
3. Parecer Prévio para Prestação de Serviços. -----
4. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 4 de março do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado cumprimentou os presentes e começou a sua intervenção reportando-se à anulação dos procedimentos concursais quer do recrutamento de cinco técnicos superiores, quer do dirigente intermédio, publicados em Diário da República. Questionou sobre o motivo para essa anulação.-----

De seguida, perguntou ao Senhor Presidente qual o ponto de situação do SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública dos trabalhadores do município, se está a correr na normalidade. -----
Por último, reportou-se a uma queixa de uma munícipe, acerca da limpeza das ruas na vila, perguntando se se conforma essa situação e que medidas foram tomadas no sentido de melhorar a limpeza das ruas. -----

O Sr. Vereador Vítor Gabriel saudou os presentes e referiu-se a uma questão que se arrasta há algum tempo, a intenção da autarquia contrair empréstimo e que certamente o Senhor Presidente se esqueceu de informar o executivo da decisão do Tribunal de Contas que recusou a contratação desse empréstimo. Considerou que os fundamentos, as razões e motivações do empréstimo, não foram devidamente justificadas, assim como as regras definidas no âmbito no saneamento financeiro não foram respeitadas. Sem por em causa a necessidade do empréstimo, salientou que esta situação pode ser um “ensinamento” para todos e ter-se-ia evitado uma dificuldade acrescida na gestão das finanças da autarquia. -----

De seguida, abordou os resultados de um estudo designado por “Índice de Transparência Municipal”, trabalho de índole científico, que envolve um conjunto de dimensões, e tem como objeto de estudo a forma como as várias câmaras municipais disponibilizam informação aos cidadãos através dos respetivos websites. Em termos gerais, a autarquia de Penamacor aparece posicionada na posição 278, em 308 municípios. Relativamente aos resultados

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

obtidos nos vários estudos e nos vários anos, a posição no ranking tem piorado ao longo dos tempos. Considerou que a posição resulta da informação facultada aos munícipes no âmbito de planos e relatórios e principalmente em função da dimensão contratação pública. -----

Retomando o assunto dos procedimentos concursais para cinco técnicos superiores, considerou que se arrasta há demasiado tempo, sugerindo ao Senhor Presidente que a informação fosse divulgada pelos meios do município, nomeadamente através do website. Estando em causa o alargamento de um conjunto de competências dos técnicos da autarquia, é de todo o interesse que a autarquia recrute os melhores técnicos. -----

O Sr. Presidente António Soares acerca dos procedimentos concursais esclareceu que as deliberações vinham de 2015 e houve alterações no mapa de pessoal e organograma em 2016, que não foram refletidas nos respetivos avisos. Disse que no próximo mês, essas incoerências serão corrigidas e os avisos serão republicados. -----

Sobre o resultado do estudo apresentado pelo senhor vereador Vítor Gabriel, sobre a transparência municipal, agradece que lhe faça chegar o mesmo, mencionando que os planos, relatórios, contratação pública são divulgados e promovidos nos sítios devidos, designadamente na plataforma da DGAL. Considerou que o estudo não pode traduzir a realidade de Penamacor. -----

Referindo-se à recusa do visto do Tribunal de Contas ao Empréstimo para financiamento de investimentos, disse que o mesmo foi recusado não porque o plano de saneamento financeiro tivesse sido mal elaborado. Recordou que a intenção era resolver a herança das dívidas de água e saneamento, como não foi possível, o plano de saneamento inviabilizou o segundo financiamento. Disse que no próximo mês irá ser apresentada proposta para a revisão do plano de saneamento financeiro, nomeadamente sobre as vertentes da dívida para os próximos anos. -----

No respeitante à questão da queixa de uma munícipe, acerca da limpeza das ruas na vila, apresentada pelo senhor vereador Pedro Folgado, tratou-se de



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

uma questão pontual, que terá ocorrido numa determinada artéria da vila, sendo prontamente resolvida. -----

Acerca do SIADAP, disse que foi um processo conturbado, em função da alteração legislativa, mas que após a alteração do organograma, decorre normalmente. -----

O Sr. Vereador Vítor Gabriel disse que o estudo sobre transparência municipal refere-se à forma como é divulgada a informação através do website das câmaras municipais de forma a informar os munícipes. Foi apresentado por “Transparência, Integridade, Associação Cívica”, informação que é divulgada em vários órgãos da comunicação social e a maior parte dos seus investigadores desenvolve a sua atividade na universidade de Aveiro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º3/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º3/2016. -----

Este ponto da Ordem de Trabalhos foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara e fundamentado com os documentos correspondentes à 3ª Alteração Orçamental e 3ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no montante de € 95.000,00 (noventa e cinco mil euros) que integram a presente ata e a ela ficam anexos, dando-se aqui por reproduzidos. -----

Postas a votação a terceira Alteração Orçamental e terceira Alteração às Grandes Opções do Plano, foram as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

O Senhor Presidente propôs a aprovação da presente deliberação em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

2 – ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS DO CEMITÉRIO E JUNTO À E.N.233 (TROÇO 1 E TROÇO 2) – PARECER PRÉVIO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto nº 5 e no nº 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, conjugado com o nº 21 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 75º, sob pena da nulidade do contrato. -----

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite ao prestador de serviços MTD – Engenharia, Lda., com vista à celebração, pelo prazo de 30 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica, para prestar serviços de Elaboração do Projeto de Requalificação das Ruas do Cemitério e junto à E.N. 233 (Troço 1 e Troço 2). -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental e da verificação de que os valores a pagar no âmbito do contrato a celebrar serão objeto, se for o caso, da redução remuneratória prevista no artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultoria técnica para Elaboração do Projeto de Requalificação das Ruas do Cemitério e junto à E.N. 233 (Troço 1 e Troço 2) pelo prazo de 30 dias. -----

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

b) Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa; -----

c) Que é dado cumprimento ao nº 1 do referido artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, por aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, ao valor a pagar pela aquisição do serviço, se for o caso; -----

d) Que a entidade convidada tem regularizadas as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Elaboração do Projeto de Requalificação das Ruas do Cemitério e

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

junto à E.N. 233 (Troço 1 e Troço 2) na modalidade de consultadoria técnica.

Para o efeito, esclarece-se o seguinte: -----

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 3 220,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

c) Há lugar à redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, na medida em que vigorou no ano de 2014, com a mesma contraparte contratos de prestação de serviços com idêntico objeto (MTD – Engenharia, Lda.). Assim, tomando por referência o valor anual da respetiva despesa que era de €34 000,00, há lugar à aplicação de uma taxa de redução conforme previsto no artigo 2.º Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez que se trata de um serviço, a redução será sobre o valor total do contrato € 3 500,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), a que corresponderá um valor total de € 3 220,00 (acrescido de IVA). Assim sendo, a redução remuneratória será de 8%, conforme documento em anexo. -----

d) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

e) Não se identifica nenhuma situação de impedimento, o prestador de serviços tem regularizada a situação fiscal e a situação contributiva. -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e pela Lei n.º 83/2013, de 28 de novembro, em conjugação com os n.ºs 5 e 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços depende de parecer prévio favorável do órgão Executivo relativamente à verificação dos requisitos das do mesmo artigo 75º, sob pena da nulidade do contrato. Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria nº 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter prévio parecer favorável da Câmara Municipal para efeitos de decisão sobre a abertura de procedimento para aquisição de prestações sucessivas de serviços de design gráfico, na modalidade de avença, designadamente apoio na operacionalização e introdução de conteúdos em backoffice no site da CMP e produção de páginas eletrónicas de serviços, web design e atualização e de colaboração na preparação e edição do Boletim Informativo, da Agenda Cultural e Desportiva, na paginação de publicações, brochuras, cartazes, e outros. -----

O procedimento a adotar, em função do valor, será o ajuste direto previsto na



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; -----

Deverá ser endereçado convite a um único prestador, o Sr. Vítor Pinheiro Gil; --

O contrato terá a duração de 1 (um) ano; -----

O preço base, isto é, o valor máximo que o Município se dispõe a pagar pelos serviços a prestar, será de € 11.984,04 (onze mil novecentos e oitenta e quatro euros e quatro cêntimos) acrescidos de IVA à taxa em vigor, a pagar em prestações certas mensais. CPV adotado: 79933000-3 – Serviços de assistência em matéria de design. -----

Para efeitos da obtenção de parecer favorável da Câmara Municipal, demonstra-se o cumprimento dos seguintes requisitos, em conformidade com o n.º 2 do artigo 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio: -----

- Verificação de que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º em questão, conjugado com o artigo 32º, n.º 2 e alínea a) do n.º 1 da LTFP, se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual não existe capacidade de resposta interna, destinando-se a assegurar os correspondentes serviços enquanto decorrem os trâmites para desencadear procedimento concursal de recrutamento destinado à constituição de vínculo de emprego público, e constitui uma tarefa cuja realização não carece de permanência nas instalações nem está sujeita à definição de horários nem à direção e disciplina dos serviços. -----

- Observância das normas sobre a redução remuneratória, cuja aplicação não tem aqui lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31.12, na medida em que o contrato anteriormente celebrado com o mesmo objeto e mesma contraparte foi já alvo de duas reduções remuneratórias e emissão de correspondentes pareceres prévios favoráveis da Câmara Municipal. -----

- Existência, conforme documento em anexo (doc. 1), de cabimento orçamental para a despesa. -----

- Demonstração pelo prestador de serviços de que tem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social, conforme se demonstra pelos documentos em anexo (docs. 2 e 3). -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

- Não se conhecem quaisquer impedimentos objetivos ou subjetivos à celebração do contrato com a contraparte atrás identificada. -----

Assim, verificados os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, proponho: -----

Que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento para a aquisição de prestações sucessivas dos serviços atrás descritos, ao prestador de serviços Vítor Pinheiro Gil, na modalidade de ajuste direto e no cumprimento das normas do Código dos Contratos Públicos aplicáveis, pelo valor máximo de € 11.984,04, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de 1 ano”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 2.079.762,08 euro e uma despesa também acumulada de 1.469.044,91 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Dada a palavra ao público presente na reunião, ninguém quis fazer uso da mesma. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e trinta e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares

Ref.ª _____
Data: ____/____/____